

Disciplina: DCV 125 – Teoria Geral do Direito Privado I
Prof. Cristiano de Sousa Zanetti
Primeira avaliação – 12.VI.19
Turmas 11 e 12 – Prova A - Gabarito



1. No âmbito dos bens reciprocamente considerados, como devem ser classificadas as diversas cartas de um mesmo baralho?

R.: As diversas cartas de um mesmo baralho são partes integrantes de uma coisa composta.

2. “Respeitar a autonomia da empresa é fundamental para que a empresa seja configurada como limitada, isso significa que o caixa não deve ser utilizado, por exemplo, para pagar contas pessoais dos sócios” (www.sebrae.com.br, acessado em 16.V.18). No âmbito de uma sociedade limitada, qual é o risco criado para os sócios na hipótese de o caixa da pessoa jurídica ser empregado para pagar suas contas pessoais?

R. O risco criado por essa prática é a desconsideração da personalidade jurídica por confusão patrimonial, nos termos do art. 50 do Código Civil.

3. No séc. XVIII, na obra intitulada *Princípios de direito divino, natural, público universal e das gentes, adaptados pelas ordenações, leis, decretos, e mais disposições do reino de Portugal, com remissão das leis extravagantes*, Nogueira Coelho fazia a seguinte regra “*Costumes antigos e legítimos, devem ser observados*” (TEIXEIRA DE FREITAS, Augusto. Regras de direito, [reimp. da ed. de 1882], São Paulo, Lejus, 2000, pp. 251/252). Tal orientação encontra abrigo no direito brasileiro?

R. Não. De acordo com o art. 4º da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, o costume somente pode ser empregado para suprir lacunas e, portanto, não tem o poder de revogar a lei.

4. De acordo com a teoria da realidade técnica, as pessoas jurídicas são caracterizadas a partir de um “*corpo ideal coletivo com interesse unificado diferente da vontade individual de seus membros, e com uma organização capaz de expressar a vontade coletiva*” (VENOSA, Sílvio de Salvo. *Direito civil*, v. I: *parte geral*, 18ª ed., São Paulo, Saraiva, 2018, p. 247). Tal teoria se presta a explicar todas as pessoas jurídicas admitidas pelo direito brasileiro?

R. Não, pois a EIRELI tem apenas um membro e, portanto, não pode ser tomada como um “*corpo ideal coletivo*”.

5. Classifique em divisíveis ou indivisíveis os bens a seguir descritos: a) brilhante de 50 quilates; b) imóvel urbano, no qual se encontra construída uma fábrica; c) imóvel rural no qual se encontra construída uma usina de açúcar; d) veículo automotor.

R.: Todos os bens são indivisíveis, conforme se depreende do art. 87 do Código Civil, a *contrario sensu*.